

Comitê antecipa reunião para discutir negociação com Brasil

por Paulo Sotero
de Washington

O comitê de bancos credores da dívida externa reúne-se amanhã à tarde, em Nova York, para preparar-se para a conversa que terá na sexta-feira, com os representantes da dívida brasileira. Esta reunião estava prevista, inicialmente, para começar na manhã da sexta-feira, mas foi antecipada para que os executivos dos 14 bancos credores com assento no comitê tenham tempo para discutir as posições comuns que apresentarão diante dos negociadores brasileiros.

No Departamento do Tesouro, acredita-se que a reunião produzirá progressos — ao menos no sentido

de que ela poderá colocar em curso um diálogo que reabra as portas para um entendimento. A percepção geral entre os credores é, contudo, de que esse entendimento levará tempo para ser alcançado. Não parecem ser diferentes as previsões do governo brasileiro quanto às perspectivas de um acordo.

Segundo fontes bem informadas, o Palácio do Planalto já teria instruído o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, a buscar junto ao governo americano um adiantamento de qualquer decisão sobre a qualidade do crédito brasileiro na reunião que o órgão regulamentador, a Interagency Country Exposure Risk Committee, tem

marcado para o dia 26 de outubro. Um outro reflexo do pessimismo é a queda do valor da dívida brasileira no mercado secundário de papéis. De acordo com informações compiladas pelo Journal of Commerce junto a dois grandes bancos de investimento americanos, Merrill Lynch International e Shearson Lehman Brothers, a cotação da dívida brasileira no mercado secundário caiu da faixa de 44,48 centavos por dólar, na primeira semana deste mês, para a faixa de 40,44 centavos por dólar, na semana passada. Na última segunda-feira, a dívida brasileira estava cotada a 39 centavos por dólar.

Informações colhidas nos últimos dias por este jornal junto a altos funcionários do governo e fontes financeiras sugerem que um dos mais importantes obstáculos a um entendimento é a falta de consenso na equipe econômica sobre a melhor forma de proceder. De acordo com essas fontes, o ex-presidente do Banco Central, Fernando Bracher, que é o assessor especial do Ministério da Fazenda para a negociação da dívida, e o diretor da Área Externa do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, favoreceriam um acordo temporário com os credores, enquanto que o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, sob pressão do PMDB e colocado numa posição politicamente delicada pelo fiasco de sua última visita a Washington, defenderia um acordo de maior fôlego. As duas posições não se excluem, necessariamente. Mas conciliá-las seria, mesmo na melhor das circunstâncias, uma tarefa extremamente complicada.

Falando ontem, numa

conferência sobre o problema da dívida, promovida pelo National Bureau of Economic Research, o economista Jeffrey Sachs, professor da Universidade de Harvard e conselheiro informal de Bresser, afirmou que "o governo brasileiro deve manter-se firme e não aceitar uma negociação temporária. Se o Bresser piscar, agora, será uma tragédia", disse ele.

Opiniões como a de Sachs são contrabalançadas, contudo, por uma crescente percepção negativa e de isolamento do País do sistema financeiro internacional. Um reflexo disso foi o uso adjetivado do nome do Brasil, que o Wall Street Journal fez em sua primeira página, ontem, para descrever o estado de bancarrota de uma empresa energética do estado de New Hampshire, que depois de tomar bilhões emprestado dos bancos, suspendeu o pagamento de suas obrigações e pode entrar numa situação técnica de "default" no mês que vem. "A Public Service Co., de New Hampshire, é o Brasil das empresas energéticas", exemplificou o Journal.

Os credores, por seu lado, também estão mais divididos, hoje, do que estiveram no passado. Eles não têm posições idênticas sobre a securitização de uma parte da dívida, pretendida pelo governo brasileiro, e, à medida em que o problema se perpetua, tendem a pensar em soluções que resolvam seu problema particular. Mas, ao contrário do que ocorre entre os devedores, os bancos comerciais sempre demonstraram uma grande capacidade política de superarem suas diferenças de opinião e apresentarem-se unidos às negociações.